Tribuna I quinta, 13 de fevereiro de 2020

Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A.

CNPJ/MF nº 82.069.113/0001-08

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Valores expressos em em milhares de reais – R$)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2018	2017 (Não auditado)
Circulante		**367.992**	**333.552**
Caixa e equivalentes de caixa	4	712	1.322
Aplicações financeiras	5	20.333	34.360
Contas a receber de clientes	6	170.095	122.585
Estoques	7	160.286	152.927
Impostos a recuperar	8	7.176	10.324
Outros ativos		9.390	12.034
Não Circulante		**1.858**	**18.928**
Imobilizado	9	1.826	18.911
Intangível		32	17
Total do Ativo		**369.850**	**352.480**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2018	2017 (Não auditado)
Circulante		**322.595**	**295.828**
Fornecedores	10	178.768	130.613
Empréstimos e financiamentos	11	72.380	51.497
Obrigações trabalhistas e sociais		2.172	1.527
Obrigações tributárias		4.337	5.607
Adiantamento de clientes	13	33.464	28.847
Outras exigibilidades	14	31.474	77.737
Não Circulante		**2.466**	**14.023**
Empréstimos e financiamentos	11	1.000	6.238
Juros sobre capital próprio a pagar		1.222	1.416
Adiantamento de clientes	13	244	6.369
Patrimônio Líquido	**15**	**44.789**	**42.629**
Capital social		39.928	13.420
Reserva de lucros		4.861	29.209
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**369.850**	**352.480**

Demonstração do Resultado

	Nota	2018	2017 (Não auditado)
Receita operacional líquida	16	463.818	368.539
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	17	(390.376)	(286.882)
Lucro bruto		**73.442**	**81.657**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17	(48.134)	(62.490)
Comerciais	17	(3.040)	(2.936)
Outras receitas (despesas) operacionais		(941)	438
Lucro operac. antes do resultado financeiro		**21.327**	**16.669**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	8.120	11.442
Despesas financeiras	18	(28.771)	(30.001)
Lucro (prej.) antes dos impostos sobre a renda		676	(1.890)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes e diferidos	19	–	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		676	(1.890)
Lucro (prejuízo) básico por ação	15.d	0,02	(0,14)

Demonstração do Resultado Abrangente

	2018	2017 (Não auditado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	676	(1.890)
Resultado abrangente total do exercício	**676**	**(1.890)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016(não aud.)		**13.420**	**14.413**	**–**	**27.833**
Prejuízo líq. do exercício	15.d	–	–	(1.890)	(1.890)
Constit. de reserva de lucros	15.b	–	14.796	1.890	16.686
Saldos em 31/12/2017(não aud.)		**13.420**	**29.209**	**–**	**42.629**
Aumento de capital	15.a	26.508	(25.024)	–	1.484
Lucro líquido do exercício	15.d	–	–	676	676
Constit. de reserva de lucros	15.b	–	676	(676)	–
Saldos em 31/12/2018		**39.928**	**4.861**	**–**	**44.789**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Nota	2018	2017 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos sobre a renda		676	(1.890)
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa líquido gerado nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	17	655	797
Juros incorridos	11	6.213	2.806
Receita de aplicação financeira		(1.028)	(2.373)
Baixa de ativo imobilizado		27.465	–
Provisão (rever.) para créd. de liquid. duvidosa	6	1.406	(3.285)
		35.387	**(3.945)**
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(48.916)	(12.710)
Estoques	7	(7.359)	10.237
Impostos a recuperar	8	3.148	(1.561)
Outros ativos		2.599	10.528
Fornecedores		79.113	(69.503)
Obrigações trabalhistas e sociais		645	(110)
Obrigações tributárias		4.932	382
Adiantamento de clientes	13	(1.508)	10.494
Outras exigibilidades		(46.455)	45.225
Caixa aplicado (gerado p/) nas ativid. operac.		21.586	(10.963)
Pagamento de imposto		(6.202)	(2.400)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	11	(4.593)	(3.131)
Caixa aplicado nas atividades operacionais		10.791	(16.494)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado e intangível	9	(11.074)	(1.063)
Aplicações financeiras	5	(15.055)	(16.724)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(26.129)	(17.787)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros s/ capital próprio pagos	15.C	–	(13.292)
Captações de empréstimos	11	81.842	74.396
Amortização de empréstimos	11	(67.114)	(26.276)
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		14.728	34.828
Aumento (red.) de caixa e equival. de caixa		**(610)**	**547**
Caixa e equivalentes no início do exercício	4	1.322	775
Caixa e equivalentes no fim do exercício	4	712	1.322
Aumento (red.) de caixa e equival. de caixa		**(610)**	**547**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A. ("Companhia"), com sede e foro na Avenida Senador Flávio Carvalho Guimarães, 1.111, Barracão nº 1, Boa Vista, na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, iniciou suas operações em 24/05/1990 e tem como objeto social essencialmente o comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras –** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os procedimentos contábeis geralmente adotados no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. **3. Principais Práticas Contábeis a) Moeda funcional e moeda de apresentação**: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **b) Uso de estimativas e julgamentos**: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os principais itens sujeitos a julgamentos na aplicação das práticas contábeis são: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para obsolescência dos estoques, determinação de vida útil do ativo imobilizado, provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários, entre outros. **Julgamentos críticos:** Não houve julgamentos críticos realizados na aplicação das políticas contábeis que tenham gerado efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **c) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo. **d) Redução ao valor recuperável**: Uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo é mensurada pela comparação do valor recuperável do ativo com o seu valor contábil. Uma perda por redução a valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver mudança favorável nas estimativas para determinar o valor recuperável, exceto o ágio. **e) Caixa e equivalentes de caixa**: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, que se equiparam ao valor de custo considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos. **f) Contas a receber de clientes**: Registradas de acordo com os valores contratuais, acrescidos de atualização monetária e juros incorridos, quando aplicável, em conformidade com suas respectivas cláusulas de reajuste e líquidos de ajuste a valor presente, se relevante. Ao mensurar a provisão para crédito de liquidação duvidosa a Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A perda por inadimplência é uma estimativa. Ela se baseia na diferente entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais. A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período de tempo específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. **g) Estoques**: Registrados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor de realização, quando aplicável. Para os itens considerados obsoletos ou de giro baixo é constituída provisão para obsolescência, considerando sua futura utilização. **h) Imobilizado**: Apresentado pelo custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, deduzido, se aplicável, de provisão para não realização dos bens quando a geração futura de caixa ou o valor de venda se mostrarem inferiores ao valor residual contábil do ativo. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 9, é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para construções em andamento). Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data do balanço. **i) Intangível**: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos ou, quando aplicável, pelo tempo do direito de uso de um ativo. **j) Transações em moeda estrangeira**: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **k) Instrumentos financeiros**: A Companhia adotou a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e as correspondentes alterações relevantes às outras IFRS no exercício corrente, em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2018. As disposições de transição da IFRS 9 permitem que a companhia não reapresente informações comparativas. A IFRS 9 introduziu novas exigências para: 1) A classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. 2) A redução ao valor recuperável de ativos financeiros. 3) A contabilização geral de "hedge". Os detalhes dessas novas exigências, bem como seu impacto sobre as demonstrações financeiras da companhia, estão descritos a seguir: Classificação e mensuração de ativos financeiros A data de adoção inicial (isto é, a data na qual a Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros com base nas exigências da IFRS 9) é 01/01/2018. Portanto, a Companhia adotou as exigências da IFRS 9 para instrumentos que continuam a ser reconhecidos em 01/01/2018 e não adotou as exigências para instrumentos que já foram baixados em 01/01/2018. Os valores comparativos em relação aos instrumentos que continuam a ser reconhecidos em 01/01/2018 foram reapresentados quando aplicável. Todos os ativos financeiros reconhecidos que fazem parte do escopo da IFRS 9 devem ser subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo com base no modelo de negócios da entidade para gestão de ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. **Especificamente:** • Os instrumentos da dívida mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja o de coletar os fluxos de caixa contratuais e que tenham fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Apesar do disposto acima, a Companhia pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro: A Companhia pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso a Companhia eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil. l) Adoção de novos pronunciamentos contábeis, revisões e interpretações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) no exercício corrente CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Clientes. No exercício corrente, a Companhia adotou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, equivalente à norma internacional IFRS 15, em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2018. O CPC 47/IFRS 15 introduziu uma abordagem de reconhecimento de receitas composta por cinco passos. Orientações muito mais rígidas foram acrescentadas no CPC 47/IFRS 15 para abordar cenários específicos. Os detalhes dessas novas exigências, bem como seu impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, estão descritos a seguir. A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 utilizando o método de adoção prospectivo modificado, e identificou que os critérios de reconhecimento e mensuração não sofreram alterações, e as vendas divulgadas na nota explicativa nº 16 não apresentaram impactos relevantes na adoção dessa norma a partir de 01/01/2018. As políticas contábeis da Companhia para suas categorias de receita estão detalhadas na nota explicativa nº 2 (q). A Companhia reavaliou suas operações e concluiu que a mensuração da receita já estava aderente a este novo pronunciamento, com isso a adoção do CPC 47/IFRS 15 não teve impacto sobre a posição financeira e/ou desempenho financeiro da Companhia. CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros: A Companhia adotou o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9, e as correspondentes alterações relevantes aos outros CPC/IFRSs no exercício corrente, em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2018. A Companhia decidiu pela adoção da norma e as alterações nas práticas contábeis resultantes dessa adoção foram aplicadas de maneira prospectiva, ou seja, com adoção inicial da norma em 01/01/2018, sem reapresentação dos períodos anteriores. Desta forma, as informações apresentadas referentes ao exercício findo em 31/12/2017 estão de acordo com o IAS 39. O CPC 48/IFRS 9 introduziu novas exigências para: (1) A classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (2) A redução ao valor recuperável de ativos financeiros; e (3) A contabilização geral de "hedge". A Companhia adotou a CPC 48/IFRS 9 de acordo com as disposições de transição descritas no CPC 48/IFRS 9. Os detalhes dessas novas exigências, bem como seu impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, estão descritos a seguir. A Companhia adotou a norma a partir de 01/01/2018 e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de "impairment", ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras, sendo aplicada somente a classificação dos ativos financeiros nas categorias previstas. A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração da CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia.

Ativos	Nota	Categoria anterior	Categoria conforme o CPC 48/IFRS 9
Ativos financeiros:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Aplicação financeira	5	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	6	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos financeiros:			
Fornecedores	10	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	11	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

m) Alguns novos pronunciamentos contábeis e interpretações publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31/12/2018. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas: CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de Arrendamentos Mercantil. O CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamentos Mercantil, equivalente à norma internacional IFRS 16, introduz um modelo abrangente para a identificação de acordos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras para arrendadores e arrendatários. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substituirá as orientações atuais de arrendamento, incluindo o CPC 06 (R1)/IAS 17 – Arrendamento Mercantil e as correspondentes interpretações a partir da sua data de vigência para períodos contábeis iniciados em ou após 01/01/2019. A data de adoção inicial da IFRS 16 para a Companhia será 01/01/2019. Este CPC inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários os contratos que: (a) Apresentem valor imaterial ou com base valores variáveis. (b) Contratos com vigência inferior ou igual a doze meses. Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras, os efeitos referentes à aplicação deste pronunciamento não foram estimados e por esse motivo os impactos não estão sendo divulgados. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **n) Demais passivos circulantes e não circulantes**: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **o) Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. São provisionadas quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como prováveis, mas os montantes envolvidos não forem mensuráveis com suficiente segurança, ou quando as probabilidades de perdas são consideradas possíveis, são divulgadas em nota explicativa. Os demais riscos referentes a demandas judiciais e administrativas, cuja probabilidade de perda é considerada remota, não são provisionados e nem divulgados. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que seja recuperado de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **p) Provisões**: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **q) Receita de vendas**: As receitas de vendas são reconhecidas quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o cliente obtiver o controle desse produto. O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 30 – Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O CPC 47 exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. **Vendas de produtos**: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita de venda de produtos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. **r) Receitas financeiras e despesas financeiras**: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Despesa de juros. • Rendimentos de aplicações financeiras. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é calculado sobre as provisões de curto prazo, tem como base as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Ressalte-se que o diferimento do Imposto de Renda é feito somente para fins fiscais no LALUR, não alterando o lucro líquido na contabilidade, pois em função do Regime de Competência, na contabilidade não há postergação do reconhecimento do resultado. **t) Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 R2 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. **u) Lucro por ação**: O lucro básico por cota é calculado com base na média de cotas. Não há instrumentos patrimoniais que possam potencialmente diluir o lucro por ação.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	2018	2017 (Não auditado)
Caixa e bancos	712	1.322
	712	**1.322**

Representa os recursos em conjunto com as instituições financeiras que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional. As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI (remuneração entre 90% e 96% do CDI), podendo ser resgatadas a qualquer tempo e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

5. Aplicações Financeiras	2018	2017 (Não auditado)
Aplicações financeiras	20.333	34.360
	20.333	**34.360**

Apesar da possibilidade de ser resgatadas a qualquer tempo, são sujeitas a um significante risco de mudança de valores, pois destinam-se exclusivamente a aplicar os recursos para obtenção de maiores rendimentos, por essa razão, não foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6. Contas a Receber de Clientes	2018	2017 (Não auditado)
Contas a receber de clientes nacionais	176.625	127.710
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.531)	(5.125)
	170.095	**122.585**

A composição por vencimento ("aging list") do Contas a receber de clientes está apresentado a seguir:

	2018	2017 (Não auditado)
A vencer	167.854	118.026
Vencidos até 30 dias	800	1.253
Vencidos de 31 a 60 dias	570	267
Vencidos de 61 a 180 dias	16	750
Vencidos acima de 180 dias	7.385	7.415
	176.625	**127.710**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício foi a seguinte:

	2018	2017 (Não auditado)
Saldo em 31/12/2017	**(5.125)**	**(8.410)**
Complemento da provisão	(16.522)	(4.000)
Reversão da provisão por recebimento	15.116	7.284
Saldo em 31/12/2018	**(6.531)**	**(5.125)**

Avais, fianças e Garantias: Nas datas de levantamento das demonstrações financeiras, existiam duplicatas oferecidas a terceiros como garantias relacionadas aos empréstimos bancários no montante de R$30.000, conforme detalhado na nota explicativa nº 10.

7. Estoques	2018	2017 (Não auditado)
Mercadorias para revenda	159.685	152.927
Mercadorias em trânsito	601	–
	160.286	**152.927**

8. Impostos a Recuperar	2018	2017 (Não auditado)
PIS e Cofins a recuperar	65	–
ICMS a recuperar	7.111	10.324
	7.176	**10.324**

9. Imobilizado – a) Custo e depreciação acumulada

	Terras e terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equip. de inform. e telefonia	Obras em andamento	Outros	Total
Valor contábil líq. 31/12/2016 (Não aud.)	5.981	4.971	388	1.095	112	115	5.981	17	18.661
Em 2017									
Valor contábil líquido inicial	**5.981**	**4.971**	**388**	**1.095**	**112**	**115**	**5.981**	**17**	**18.661**
Adições	–	404	132	2.274	223	48	5.740	351	9.174
Baixas do custo	–	–	(65)	223	(18)	107	(5.873)	(101)	(5.727)
Baixa de depreciação		(293)	(24)	(2.615)	(106)	(153)		(6)	(3.197)
Valor contábil líq. 31/12/2017 (Não aud.)	5.981	5.083	432	977	211	118	5.848	261	18.911
Em 31 dezembro 2017									
Custo	5.981	8.237	4.443	3.523	341	548	5.848	333	29.253
Depreciação acumulada	–	(3.154)	(4.011)	(2.546)	(129)	(430)	–	(72)	(10.342)
Valor contábil líquido	**5.981**	**5.083**	**432**	**977**	**211**	**118**	**5.848**	**261**	**18.911**
Em 2018									
Valor contábil líquido inicial	5.981	5.083	432	977	211	118	5.848	261	18.911
Adições	88	5.971	584	157	131	265	3.862	1	11.059
Baixas do custo	(6.069)	(10.689)	(513)	(260)	(3)	–	(9.710)	(221)	(27.465)
Baixa de depreciação	–	(128)	(64)	(381)	(32)	(65)	–	(9)	(679)
Valor contábil líquido final	–	237	439	493	307	318	–	32	1.826
Em 31 dezembro 2018									
Custo	–	247	4.247	3.039	468	813	–	104	8.918
Depreciação acumulada	–	(10)	(3.808)	(2.546)	(161)	(495)	–	(72)	(7.092)
Valor contábil líquido	**–**	**237**	**439**	**493**	**307**	**318**	**–**	**32**	**1.826**

Vida útil e valor residual. A Companhia realiza a revisão periódica quanto às estimativas de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados.

10. Fornecedores	2018	2017 (Não auditado)
Fornecedores nacionais com vencimento em até 360 dias	175.732	126.454
Fornecedores de "commodities" a fixar	3.036	4.159
	178.768	**130.613**

11. Empréstimos e Financiamentos – Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os montantes devidos e taxas médias de juros para cada modalidade de empréstimo, estão apresentados abaixo:

Modalidade	Taxas	Garantias	Vencimento final	2018	2017 (Não auditado)
Empréstimos em moeda nacional					
CCE – Cédula de Crédito à Exportação	0,6667% a.m.	Penhor de grãos	14/07/2019	5.665	–
CCB – Cédula de Crédito Bancário	0,6333% a.m.	Penhor de grãos	14/10/2019	11.500	–
CCB – Cédula de Crédito Bancário	0,7500% a.m.	Penhor de grãos	12/01/2019	7.270	–
CCB – Cédula de Crédito Bancário A	0,6045% a.m.	Penhor de grãos	06/01/2019	2.000	4.151
CCB – Cédula de Crédito Bancário B	0,6302% a.m.	Aval dos sócios	15/12/2019	5.000	4.151
CCB – Cédula de Crédito Bancário B	0,7600% à 0,9000% a.m.	Duplicatas	–	26.000	18.287
CCB – Cédula de Crédito Bancário B	0,8390% a.m.	Penhor de grãos	15/12/2019	2.900	3.000
NCR – Nota de Crédito Rural	0,7500% à 0,9833 a.m.	Duplicatas	26/03/2019	9.500	21.466
FINAME	0,2466% a.m.		31/12/2019	–	1.396
Contratos vendor	0,95% a.m.			3.545	5.285
				73.380	**57.736**
Circulante				72.380	51.497
Não circulante				1.000	6.238
				73.380	**57.736**

Movimentação dos empréstimos e financiamentos	
Saldo em 31/12/2016	**9.941**
Juros incorridos	2.806
Captações	74.396
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.131)
Amortização de principal	(26.276)
Saldo em 31/12/2017	**57.736**
Juros incorridos	6.213
Captações	81.842
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.297)
Amortização de principal	(67.114)
Saldo em 31/12/2018	**73.380**

Compromissos ("covenants"). Os contratos de financiamentos mantidos pela Companhia em conjunto com as instituições financeiras não contêm cláusulas de compromissos ("covenants" financeiros e não financeiros) em 31/12/2018 e de 2017. **12. Provisão Para Riscos**: A Companhia não possui causas de natureza cível, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda provável, porém existem causas de natureza cível no valor de R$179 em 31/12/2018 classificadas com perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos. **13. Adiantamentos de Clientes** – Saldo composto substancialmente por adiantamentos de clientes para futuro fornecimento de grãos, com termos e condições previstos em contratos e com previsão de entrega no prazo de até 360 dias.

14. Outras Exigibilidades	2018	2017 (Não auditado)
Octante securitização	27.025	34.016
Outras contas a pagar	4.449	43.721
	31.474	**77.737**

15. Patrimônio Líquido – a) Capital social: O capital social da Companhia corresponde a R$39.928 (R$13.420 em 2017), totalmente integralizado, está representado por ações no valor de R$1,00 cada.

Sócio	Número de cotas	Valor total das cotas	Perc. capital social
José Aparecido Bonacin	19.963.938	19.964	50,00%
Edy Tartaglia Scutti	9.981.969	9.982	25,00%
Marcelo Scutti	3.327.323	3.327	8,34%
Ricardo José Scutti	3.327.323	3.327	8,33%
Cristina Maria Scutti de Castro	3.327.323	3.327	8,33%
	39.927.876	**39.928**	**100,00%**

No dia 26/07/2018 houve o aumento de capital social no valor de R$26.508 utilizando R$25.024 da conta de Reserva de Lucros e R$1.484 da conta de Juros sobre capital próprio. **b) Reserva de retenção de lucros**: Nos termos do artigo 182, § 4º da Lei nº 6.404/76, a Administração da Companhia propõe a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados à constituição de reserva de retenção de lucros. **c) Distribuição de lucros**: A Administração da Companhia assegura a distribuição de lucros aos sócios, conforme saldo remanescente de lucros acumulados. Não havendo percentuais mínimos e máximos pré-estabelecidos.

d) Lucro (prejuízo) básico por ação	2018	2017 (Não auditado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	676	(1.890)
Quantid. média ponder. de ações (em milhares)	39.928	13.420
Prejuízo básico e diluído por ações – R$	0,02	(0,14)

16. Receita Operacional Líquida	2018	2017 (Não auditado)
Receita bruta		
Revenda no mercado interno	447.533	357.411
Revenda no mercado externo	27.033	17.622
Serviços prestados	2.717	3.308
	477.283	**378.341**
Impostos sobre vendas		
PIS e Cofins sobre vendas	(800)	(609)
ICMS sobre vendas	(558)	(705)
Outros impostos sobre vendas	(102)	(122)
	(1.460)	**(1.436)**
Devoluções e abatimentos		
Devolução de vendas	(12.005)	(8.366)
Receita líquida	**463.818**	**368.539**

17. Despesas por Função e por Natureza	2018	2017 (Não auditado)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	390.376	286.882
Despesas comerciais	3.040	2.936
Despesas gerais e administrativas	48.134	62.490
	441.550	**352.308**
Cereais, insumos e demais mercadorias para revenda	382.143	296.324
Pessoal	17.530	11.586
Fretes e carregamento	6.607	3.217
Comissões	1.177	1.025
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	5	(3.285)
Consultoria e serviços profissionais	6.816	5.088
Manutenção	414	351
Gastos de venda	1.992	1.553
Depreciação e amortização	655	797
Combustíveis e lubrificantes	2.273	2.329
Água, energia elétrica e telefone	819	749
Aluguel	2.633	700
Seguros	443	183
Impostos e taxas	2.712	7.099
Marketing	35	41
Viagens e estadias	299	57
Outras despesas	14.997	24.494
	441.550	352.308

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Durante o exercício 2018 a Companhia reconheceu a título de remuneração global da diretoria (pró-labore) o montante de R$440 (R$295 em 2017).

18. Resultado Financeiro, Líquido	2018	2017 (Não auditado)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicação financeira	1.228	2.373
Juros sobre renegociação de contas a receber	392	286
Descontos obtidos	3.862	6.644
Outras receitas financeiras	2.638	2.139
	8.120	**11.442**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.349)	(10.221)
Despesas bancárias	(734)	(1.007)
Descontos concedidos	(14.758)	(17.595)
	2018	**2017** (Não auditado)
Impostos sobre receita financeira	(769)	(856)
Outras despesas financeiras	(161)	(322)
	(28.771)	**(30.001)**
Resultado financeiro líquido	(20.651)	(18.559)

19. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Reconciliação da taxa efetiva	2018	2017 (Não auditado)
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	676	(1.890)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(230)	643
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Doações e despesas não dedutíveis	–	(11)
Juros sobre capital próprio	1.082	1.153
Taxa efetiva – %	0%	0%

20. Instrumentos Financeiros – Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

	31/12/2018			31/12/2017		
Ativo:	Valor justo	Custo amortizado	Total	Valor justo	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	712	–	712	1.322	–	1.322
Aplicações financeir.	20.333	–	20.333	34.360	–	34.360
Contas a receber	170.095	–	170.095	122.585	–	122.585
Total	**191.140**	**–**	**191.140**	**158.267**	**–**	**158.267**
Passivo:						
Fornecedores	–	178.768	178.768	–	99.655	99.655
Empréstimos e financ.	–	73.380	73.380	–	57.735	57.735
Total	**–**	**252.148**	**252.148**	**–**	**157.390**	**157.390**

a) Considerações gerais: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxa de juros. As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas, visto que a Companhia tem o objetivo de manter tais investimentos até o momento do seu efetivo resgate. **b) Gestão de risco de capital**: A Companhia administra seu capital para continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno das partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. **c) Exposição a riscos de taxas de juros**: As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI, com condições, taxas e prazos compatíveis com os de operações similares realizadas no mercado. **d) Gestão do risco de liquidez**: É o risco relacionado a dificuldades em cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que são liquidados

continua …